



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10349 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT08 - Formação de Professores

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO DISTRITO
FEDERAL: ANÁLISE DA OFERTA ENTRE 2012 E 2018

Ana Sheila Fernandes Costa - UnB - Universidade de Brasília

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
(FAP-DF)

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO DISTRITO FEDERAL: ANÁLISE DA OFERTA ENTRE 2012 E 2018

Resumo: Este estudo apresenta os resultados parciais da pesquisa *A Formação Continuada de Gestores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal*, financiada pelo Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). Tem por objetivo analisar a oferta de formação continuada em gestão escolar e as contribuições desses cursos, no marco da gestão democrática no DF. O referencial teórico da pesquisa se apoia nos estudos de Oliveira (2008), Drabach e Mousquer (2009), Silva (2019), Roegiers, Wouters e Gerard (1992), entre outros. Por meio de análise bibliográfica e documental, o estudo se debruçou sobre as propostas de cursos de formação continuada ofertadas pela SEEDF, a gestores de escolas públicas, no período de 2012 a 2018. Os resultados parciais indicam que a formação promovida está fundamentada em uma base humanista e progressista e na concepção de gestão democrática com princípio do ensino. Ao longo dos anos o curso passou a priorizar a Pedagogia Histórico Crítica e o atendimento da práxis dos gestores. Entretanto, observamos a incorporação progressiva nos cursos de elementos de caráter gerencialista resultantes das reformas educacionais dos últimos anos e das pressões por resultados: avaliações de larga escala, mecanismos de prestação de contas e ênfase nas aprendizagens.

Palavras-chave: formação continuada; gestor escolar; gestão democrática.

Este estudo apresenta os resultados parciais da pesquisa *A Formação continuada de gestores da rede pública de ensino do Distrito Federal*, financiada pelo Fundo de Apoio à Pesquisa FAP-DF. O objetivo geral do estudo é analisar a oferta de formação continuada em gestão escolar, na perspectiva das necessidades formativas do gestor, e as contribuições desses cursos, no marco da gestão democrática no DF.

A pesquisa tem referência na aprovação da Lei 4.751/2012, que dispõe sobre o

Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do DF. A Lei estabeleceu, para além de eleições diretas para diretores e vice-diretores, a necessidade de participação em curso gestão escolar de no mínimo 180 horas, contemplando as dimensões políticas, pedagógicas, administrativas, sociais e culturais da educação no DF (artigos 38 e 60). Assim, a Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF), por meio da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE), a partir de 2012 iniciou a oferta dos cursos aos gestores escolares (diretores e vices), visando a qualificação para o exercício da função.

O estudo foi desenvolvido a partir de três eixos de análise, se apoiando nos referenciais teóricos correspondentes: gestão educacional e gestão democrática (OLIVEIRA, 2008; DRABACH; MOUSQUER, 2009); formação continuada (SANTOS, 2010; SILVA, 2019) e necessidades formativas (ROEGIERS; WOUTERS; GERARD, 1992).

A formação continuada é compreendida em nosso estudo a partir de Silva (2019) como “um processo de valorização do profissional da educação que oportuniza a construção da práxis através da compreensão dos processos envolvidos na atividade educativa: intenção e ação” (p. 31). Está relacionada à construção de uma ação consciente a partir da problematização da realidade social, histórica e política do gestor, na qual se encontram as suas necessidades de formação.

A pesquisa de abordagem qualitativa, caracteriza-se como estudo bibliográfico e documental e foi desenvolvida em três etapas. Na primeira, realizamos o levantamento bibliográfico a partir das seguintes fontes e bases de dados: Revistas Qualis A1, A2, B1, B2, B3 e B4, Revistas e Anais da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), bem como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Na segunda etapa, foco deste estudo, analisamos os dados documentais constituídos das Propostas de Curso de formação continuada desenvolvidas pela EAPE/SEEDF no período de 2012 a 2018. Para a análise desses documentos definimos um roteiro que está estruturado em quatro eixos: i) *Estrutura do curso*: período de realização; tema; número de vagas, inscritos e habilitados; etapa de ensino priorizada e local de oferta; ii) *Metodologia*: recursos metodológicos utilizados; carga horária presencial/direta, indireta e a distância; acompanhamento realizado pela EAPE; iii) *avaliação*: das atividades ministradas; realizadas pelos cursistas e pelos formadores, e iv) *fundamentos teóricos*: objetivo geral e específicos; análise dos módulos e unidades ministradas; autores de referência; concepção de formação continuada adotada; perspectiva de gestão escolar e dimensões contempladas (administrativa, pedagógica, política, cultural e social).

Além disso, na terceira etapa do estudo serão aplicados questionários e realizadas entrevistas com gestores, em cada uma das 14 regionais de ensino do

DF, para identificar em que medida suas necessidades formativas foram atendidas pelos cursos promovidos pela EAPE.

Os resultados que apresentamos a seguir correspondem à sistematização das análises da segunda etapa do estudo que tem foco nas análises dos fundamentos teórico-metodológicos e estratégias adotadas pela EAPE/SEEDF na formação continuada ofertada a gestores escolares eleitos no período de 2012 a 2018.

Quanto à análise da *Estrutura dos cursos*, em 2012 foi ofertado o primeiro curso aos gestores, com participação de 1304 gestores dos quais 1149 foram habilitados. Em 2015, a formação foi ofertada em duas edições com um total de 851 inscritos, e destes, apenas 547 foram habilitados. A redução observada no número de inscritos pode ser explicada pela retirada, pelo Tribunal da Justiça do Distrito Federal (TJDF) da obrigatoriedade da realização do curso pelos diretores e vices eleitos, mediante ação movida pelo Sindicato dos Professores (SINPRO-DF) em 2013.

A partir de 2016 os cursos foram ofertados por etapas de ensino, neste ano contemplando a Educação Infantil, em duas edições. Foram ofertadas 600 vagas, com 379 inscritos e 210 habilitados. Em 2017, com foco no Ensino Fundamental, a primeira edição do curso contou com 204 vagas, 187 inscritos e 142 habilitados. Houve, ainda, uma segunda edição, voltada a gestores do Ensino Médio, realizada em 2018, com 60 vagas, 55 inscritos e 32 habilitados.

Com relação à *metodologia* adotada para a oferta da formação, a carga horária de 180h foi dividida em presencial/direta, indireta e Ambiente Virtual de Aprendizagens (AVA). Em 2012 a carga horária presencial foi de 69 horas, no entanto, ao longo das edições seguintes foi progressivamente reduzida. As horas indiretas, não estiveram presentes no ano de 2015 e 2016, retornando apenas na segunda edição de 2017, com a maior carga horária observada 84h. Destacamos que a carga horária destinada às atividades no AVA correspondeu a pelo menos 44,4% (80h) da carga horária ofertada nos cursos, alcançando 88,3% (159h) da carga horário total ofertada no curso em 2015.

Quanto aos modelos metodológicos adotados, em um primeiro momento priorizou-se o método problematizador-dialógico-participativo; as situações didáticas vivenciadas pelos gestores e sua problematização e reflexão crítica; compartilhamento de experiências, com foco na articulação teoria e prática. As edições a partir de 2015 estiveram fundamentadas nos pressupostos teórico-metodológicos da Pedagogia Histórico Crítica e Pedagogia Histórico Cultural. Quanto aos recursos utilizados, observamos: elaboração de projetos de intervenção junto a escola para cumprimento da carga indireta; discussões em fóruns no AVA; elaboração de portfólio, entre outros.

No que diz respeito às *avaliações*, de modo geral, foram contínuas e processuais. Considerou-se os aspectos relativos à participação atividades presenciais e no ambiente virtual; organização do trabalho pedagógico e recursos utilizados (MOREIRO, 2019). Avaliou-se, ainda, o processo de construção participativa do PPP pelos gestores e o do Plano de Gestão oriundo do preenchimento do PDE interativo.

A partir de 2016 os cursos passaram a contar com um Relatório Final, resultante da avaliação realizada pelos formadores e cursistas e houve aprimoramento da avaliação com a integração de novos elementos, com destaque para: desenvolvimento e aplicação de pesquisas, elaboração de relatórios reflexivos (horas indiretas). A partir de 2017 adotou-se a elaboração de memorial descritivo-reflexivo da trajetória de vida, em especial a estudantil e a profissional na área educacional.

A análise dos *fundamentos teóricos* demonstra que nas edições de 2012 e 2015 a formação proposta esteve voltada para a preparação dos gestores a partir de uma “concepção de formação humana e de gestão educacional dentro marcos da democracia e da cidadania”, a partir de três eixos principais: Estrutura e funcionamento da Educação do DF, Planejamento e Organização da Escola e Gestão Administrativa e Financeira da Escola (EAPE, 2012). Foram contemplados, ainda, mecanismos de controle interno (auditorias, prestação de contas); a avaliação educacional e o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF).

Nas edições realizadas a partir de 2016, em que os cursos foram organizados com foco nas diferentes etapas de ensino, verificamos que a fundamentação da formação esteve diretamente relacionada aos aspectos inerentes a cada etapa, tendo o Projeto Político Pedagógico como eixo transversal para tratar os conhecimentos relativos às políticas públicas; à organização do trabalho escolar; ao direito à educação de qualidade social, com referência nas aprendizagens definidas no o Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF; à avaliação e aos aspectos financeiros (prestação de contas), entre outros. Os referenciais teóricos foram respaldados na Psicologia Histórico Cultural de Vygotsky e na Pedagogia Histórico Crítica.

Merece destaque que nas edições de 2017 os conteúdos supramencionados passaram a ser abordados com foco na “garantia das aprendizagens”. Direcionamento que pode estar relacionado à necessidade de adequação e atendimento pela SEEDF ao estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular. As edições de 2017 exploraram, ainda, conteúdos voltados à avaliação educacional em larga escala e mecanismos de prestação de contas.

Quanto a concepção de formação continuada que fundamentou os cursos, identificamos em um primeiro momento o foco na formação em serviço, com ênfase em práticas dialogadas, críticas e reflexiva; necessidade de articulação da relação teoria e prática; problematização e instrumentalização dos cursistas e reconhecimento da experiência dos gestores.

Nas edições a partir de 2017, podemos notar a adoção do conceito de práxis como norteadora da formação proposta, na relação teoria e prática, materializada por meio da inclusão do Atendimento presencial com escolas ou grupos de escolas para dialogar sobre o PPP; do plano de ação e trocas de experiências, dentre outras estratégias.

Em síntese, as análises do conjunto das propostas de cursos ofertadas EAPE,

aos gestores escolares, no período de 2012 a 2018 nos permitiu verificar que:

(1) Os cursos estiveram fundamentados em uma concepção de formação de base humanista e progressista e em uma concepção de gestão educacional com foco predominante na gestão democrática, como princípio do ensino. Os conteúdos ministrados buscaram qualificar os gestores referenciados nos princípios e mecanismos da gestão democrática e no atendimento às diferentes dimensões estabelecidas na Lei 12.4751/2012;

(2) Ao longo dos anos buscou-se o aprimoramento do curso por meio da adoção progressiva de uma metodologia fundamentada na Pedagogia Histórico Crítica, privilegiando o atendimento das necessidades formativas e da práxis dos gestores;

(3) Algumas estratégias foram empregadas pela EAPE/SEEDF no sentido de ampliar o alcance da formação promovida, mediante a oferta em diferentes regiões administrativas do DF e de alterações na carga horária destinadas ao AVA.

(4) Por outro lado, apesar do caráter democrático da formação proposta, a escola enquanto espaço de disputa hegemônica é constrangida por demandas e pressões externas por resultados e eficiência; dinâmicas que foram traduzidas nos cursos propostos e que podem ser observadas em aspectos de caráter burocrático e gerencial que foram gradualmente incorporados. Trata-se, nesse sentido, de elementos estabelecidos pelas políticas educacionais das últimas décadas a exemplo das avaliações de larga escala, a prestação de contas, o foco nas aprendizagens resultantes da aprovação da BNCC, a reforma do Ensino Médio, as parecerias público-privado para a oferta da Educação Infantil, entre outras.

Referências

SILVA, Kátia Augusta Curado Cordeiro Pinheiro da. A formação contínua docente como questão epistemológica. *In*: MONTEIRO, S. B; OLINI, P. (org.). **Coleção Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: formação continuada e desenvolvimento profissional docente**, v.4. Cuiabá: EdUFMT/Editora Sustentável, 2019. E-book. Disponível em: <https://editorasustentavel.com.br/formacao-continuada-e-desenvolvimento-profissional-docente-vol-4-col-endipe/>. Acesso em: 2 fev. 2020.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.751/12**, de 07 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70523/Lei_4751.html. Acesso em: 23 mar. 2019.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação. Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação. **Proposta de Curso** – Construindo a Gestão Democrática. Brasília, DF: EAPE, 2012.

DRABACH, Neila Pedrotti; MOUSQUER, Maria Elizabete Londero. Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, p. 258-285, 2009.

MOREIRA, Helane Araújo Lima. **Política de formação do diretor escolar: trabalho**

pedagógico?. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. *In*: OLIVEIRA, D.A.; ROSAR, M.F.F. (org.). **Política e gestão da educação**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 127-146.

ROEGIERS, Xavier; WOUTERS, Pascale; GERARD, François-Marie. Du concept d'analyse des besoins en formation à sa mise en oeuvre. *Formation et Technologies - Revue européenne des professionnels de la formation*, Louvain-la-Neuve, v. 1, n.2-3, p.32-42, 1992.

SANTOS, Edilamar Oliveira dos. **Formação continuada na Rede Municipal de Ensino do Recife**: concepções e práticas de uma política em construção. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.